

## **“As Ilusões Perdidas” do Cruzado ou porque os “Fiscais de Sarney” acreditaram no congelamento dos preços: um exemplo de Economia moral da multidão “thompsoniana” no Brasil do século XX?**

Glaudionor Gomes Barbosa\*

Regina Célia Gonçalves\*\*

### **Resumo**

O artigo levanta e discute algumas anotações da obra de E. P. Thompson onde o mesmo opõe e debate padrões de mercado, no sentido capitalista, *versus* economia moral. Tentou-se mostrar a notável contribuição de Thompson com respeito à natureza e aos fins das lutas populares contra o capitalismo emergente. Pretendeu-se, também, e fundamentalmente, destacar a atualidade do seu pensamento, em especial no que se refere à existência, no mundo contemporâneo, de “economias morais” diferentes, é certo, daquela das multidões inglesas do século XVIII, mas, de alguma forma, lastreadas em experiências semelhantes, a exemplo das que alimentam a luta pela terra e contra o agronegócio no Brasil e na América Latina. Escolheu-se como estudo de caso as reações populares que o Cruzado produziu que foram analisadas como uma forma de economia moral da multidão “moderna”.

**Palavras-chaves:** Mercado. Costumes. Economia moral. Thompson. Plano Cruzado.

### **Abstract**

The article raises and discusses some explanations of the work of E. P. Thompson opposed and where the discussion of market standards in the capitalist sense, versus moral economy. Tried to show the remarkable contribution of Thompson regarding the nature and purposes of popular struggles against capitalism emerging. Intention is also, and crucially, to highlight the relevance of his thought, especially as regards the existence, in the contemporary world of "moral economies" different, of course, that the crowds of the eighteenth century English, but some way, backed by similar experiences, such that fuel the struggle for land and against agribusiness in Brazil and Latin America. Chosen as a case study of the popular reactions that produced the Cruzado which were analyzed as a form of moral economy of the crowd "modern."

**Keywords:** Market. Behaviour. Costumes. Moral economy. Thompson. Cruzado Plan.

### **1. Introdução.**

O objetivo central desse trabalho é retomar e discutir a controvérsia sobre o padrão de vida da classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Quanto à estruturação, o artigo é composto de seis seções, incluindo essa introdução. A seção dois

---

\* Professor da UFPE.

\*\* Professora da UFPB.

apresenta o problema a ser investigado; na seção três se discute as várias interpretações pessimistas e otimistas sobre o tema; na seção quatro são apresentados e discutidos elementos dos estudos de Hobsbawm sobre a questão; a seção cinco realiza uma breve análise de dados disponíveis; a seção seis trata das considerações finais.

## **2. Uma digressão inicial.**

Em obra recente e inovadora Wood (2001) mostra a importância da obra de E. P. Thompson, em particular o clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* em explicitar e confrontar os princípios de mercado com práticas e valores alternativos. Confrontos que representavam luta entre classes. Disputa entre os que, por interesses materiais e/ou afinidades intelectuais, defendiam o novo credo da economia política clássica inglesa e aqueles que lutavam pelo direito à subsistência e pela manutenção de práticas tradicionais. Os primeiros, vitoriosos, afirmaram seu projeto social traduzido na hegemonia da organização e dos interesses do mercado capitalista que foi naturalizado a ponto de grande parte da Humanidade, em especial, grande parte dos intelectuais estarem convencidos da sua inevitabilidade. Aos outros, derrotados, foram reservados ou epítetos pouco lisonjeiros, tais como “conservadores” ou “retrógrados”, ou outros aparentemente mais amenos e até simpáticos, como “românticos” e “utópicos”. Mas, independente do tipo de alcunha, o que se esconde por trás de cada uma delas é a idéia de que estão associados ou ao atraso ou a uma perspectiva teleológica inatingível, irrealizável. Ou se tratam de vestígios de um passado superado, ou de sonhos e idealistas incapazes de uma leitura da realidade compatível com os novos tempos, ou seja, ambos são visto como obstáculos a serem superados para a obtenção do progresso pleno, o que, segundo as teses liberais, é lido como “crescimento econômico”. Em outras palavras: anacrônicos. O historiador catalão Josep Fontana (1998:9) nos alerta:

*“(...) Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la. Assim, o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão encadeando-se até dar como resultado “natural” a realidade social em que vive e trabalha, enquanto que os obstáculos que se opuseram a esta evolução nos são apresentados como regressivos, e as alternativas a ela, como utópicas”.*

Na perspectiva de explorar estas alternativas descartadas, nos propomos a, a partir de considerações colocadas pela historiadora Ellen Meiksins Wood (2001), abordarmos algumas contribuições de Edward Palmer Thompson, notadamente seu conceito de “economia moral”, para enfrentarmos o desafio de uma compreensão crítica da realidade presente. Para tanto,

*“(...) deveremos refazer nossa forma de entender o crescimento do capitalismo como um progresso, para aprender a vê-lo como o desenvolvimento de uma nova forma de exploração; deveremos voltar a explorar tantas alternativas descartadas como utópicas e inviáveis, para comprovar se acaso não havia nelas projetos que apontavam a outras linhas possíveis de evolução. Deveremos ter em conta, sobretudo, que a linha do passado que projetamos ao futuro, tem que apontar para uma sociedade, cujo elemento definidor fundamental, não haverá de ser o de constituir uma fase mais avançada do desenvolvimento industrial – o que tampouco implica que se tenha que rechaçar tal desenvolvimento por princípio -, senão a de nos aproximarmos do ideal de supressão de todas as formas de exploração do homem (...)”.* (FONTANA, 1998:11-12).

Thompson, não só o historiador, mas também o militante de causas como a luta contra a desigualdade entre os homens e em defesa da vida e do planeta, também foi ou é considerado por alguns de seus críticos, um pensador romântico, tal como outros intelectuais de esquerda, a exemplo de Raymond Williams. Esta é a leitura que, por exemplo, autores como Robert Sayre e Michael Lowy fazem a seu respeito. Apesar da crítica feita por Marx ao romantismo, a posição de Sayre & Löwy (1995:44), situando-o entre aqueles *“que procuram, no passado, uma inspiração para a invenção dum futuro utópico”*.<sup>1</sup>

Romântico ou não, segundo Wood (2001), no capítulo “Exploração”, do volume dois de seu clássico, Thompson realiza um trabalho excepcional de descoberta dos momentos essenciais do surgimento do capitalismo industrial. São dois os aspectos correlatos que aparecem neste capítulo:

*“O primeiro é a época do impulso transformador, a formação de uma nova classe trabalhadora. Thompson situa a experiência transformadora da classe trabalhadora inglesa, o processo em que foram forjados um novo proletariado e uma nova cultura da classe trabalhadora, no período de 1790-1832. Sua análise, portanto, termina muito antes da transformação industrial da produção estar concluída, ou sequer muito avançada. O segundo aspecto, correlato a esse, é que ele discerne uma transformação no que parece ser uma continuidade fundamental: até os trabalhadores que, à primeira vista, mal parecem diferir de*

*seus predecessores artesanais, e cuja cultura de oposição ainda tem raízes profundas nas antigas tradições pré-capitalistas populares e radicais, são, para Thompson, uma ‘nova raça de seres’, um novo tipo de proletariado”.* (Wood, 2001: 65)

Uma das principais preocupações de Wood (2001) é mostrar, baseando-se em Polanyi<sup>2</sup> e em Thompson, que a motivação do lucro e as trocas de mercado, só tornaram-se princípios dominantes da vida econômica na chamada era moderna. Ou seja, é necessário estabelecer uma clara distinção entre sociedade com mercados, existentes em toda a história e a “sociedade de mercado”. Nas sociedades antigas (com mercado) as práticas e relações econômicas estavam imersas e dominadas por relações não econômicas — de parentesco, comunais, religiosas e políticas.

A partir do século XVIII, a disputa em torno do mercado envolvia não apenas uma acirrada polêmica sobre a noção medieval de preço justo, mas lutas contra práticas monopolistas e açambarcadoras de mercadorias exercidas por fazendeiros ricos. Outras práticas que visavam aumentar os lucros (maximização dos lucros) tão normais para a economia política clássica assim não pareciam para as multidões famintas.

A própria noção de “mão invisível”, presente na obra de Adam Smith, gerava uma “invisibilidade” num espaço que antes era de alta “visibilidade”. O mercado, antes do capitalismo, era um lugar (físico) aonde algumas pessoas levavam mercadorias para serem vendidas (oferta física) e outras pessoas buscavam adquiri-las (demanda), sendo a moeda desnecessária, em alguns casos, ou simples agente de troca em outros. Tudo isso sob controle comunal direto.

Sayre e Löwy (1995) argumentam que *A Formação da Classe Operária Inglesa* — em parte — teve o impacto que teve por “desmontar” certa tradição (tanto conservadora quanto progressista) de apologia da revolução industrial e das suas conseqüências econômicas e sociais. É claro que centenas de páginas *d’O Capital* de Marx estão carregadas de denúncias contra o processo de industrialização, contudo, o quadro saído dos pincéis thompsonianos possuiria cores romântico-socialistas que revalorizam o papel das “vítimas” do progresso nas suas lutas para manter seus direitos e seus modos de vida. Ao escrever uma história vista de baixo, Thompson assumiu inteiramente o ponto de vista dos vencidos, e o fez de forma corajosa, rompendo inclusive com fortes tradições. Por exemplo,

a comunista-soviética. Em 7 de abril de 1966 Thompson publica no *The Times Literary Supplement*, o artigo “History from Bellow”<sup>3</sup> em que faz a defesa da produção de uma história popular inglesa atenta às múltiplas experiências da classe trabalhadora em seu processo de constituição. Seria uma história distinta daquilo que o nosso autor denominava a “História Inglesa Oficialmente Correta” que tratava esse mesmo povo como um problema a ser enfrentado pelo governo. O artigo pode ser lido como um manifesto em defesa da obra dos intelectuais britânicos engajados cujos projetos, por décadas, haviam ficado à margem das fontes de financiamento. Trata-se, também de um diagnóstico sobre a situação e as possibilidades dos acervos acerca da história da classe trabalhadora inglesa, bem como dos temas, resultados e dificuldades dos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores britânicos até então. Do ponto de vista metodológico discute, ainda, as vantagens e os limites da interdisciplinaridade, em especial com a Sociologia, dos Estudos Comparativos e do quantitativismo. O fato é que este artigo, como uma espécie de balanço, sintetizava as posições teóricas e metodológicas que animavam não só a obra historiográfica do próprio Thompson, mas a da maior parte dos historiadores da esquerda britânica que haviam sido um dos grupos fundadores e constituído a primeira direção da *New Left Review*, em 1959.

Trata-se de um campo onde a história é construída de baixo para cima, onde os trabalhadores aparecem como sujeitos em vez de simples objetos, onde falam por si mesmos e são vistos como atores conscientes que não apenas respondem às mudanças, mas ajudam a defini-las. Um campo em que os trabalhadores são agentes tão importantes quanto as elites haviam sido na historiografia hegemônica até então (VIOTTI DA COSTA, 1990).

Emília Viotti da Costa chama a atenção para os avanços do revisionismo na história do trabalho, em especial no que diz respeito à identificação de novas fontes e à utilização do testemunho oral. No entanto, em estudo sobre a história do movimento operário e da classe trabalhadora na América Latina, em que faz uma apreciação considerável da historiografia sobre a temática, conclui afirmando que os melhores trabalhos são justamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma relação fértil entre a abordagem estruturalista e a abordagem culturalista. Para ela, a experiência dos trabalhadores “(...) não pode ser entendida simplesmente em termos da sua própria subjetividade e testemunho, não pode ser

*apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho*” (1990:08).

A mesma observação é feita por Jim Sharpe ao afirmar que, se por um lado a “história vista de baixo” tem a função de incorporar as experiências históricas daqueles que foram silenciados pela historiografia tradicional, por outro, deve possibilitar “(...) *uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história*” (1991: 54). Ela se torna mais eficaz na medida em que é situada num contexto em que se ajusta às concepções mais amplas de história, de forma a evitar a fragmentação. Sendo assim, o estudo de indivíduos pode ser tão valioso quanto as abordagens coletivas mais familiares à história social.

Quando Thompson (1987) se propôs no Prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, “*a salvar da imensa condescendência da posteridade*” várias categorias de trabalhadores, na verdade realizou o principal movimento de redefinição historiográfica em relação às lutas populares do passado, ou seja, que era preciso entender a vida, a resistência, as experiências daquelas pessoas do ponto de vista delas, de suas crenças e até de seus “anacronismos”.

O elogio ao ludismo só seria possível a um historiador que estivesse livre da identificação mecanicista entre industrialização e progresso humano. Na verdade para Thompson, aqueles destruidores de máquinas não visavam apenas quebrar “coisas materiais”, mas quebrar (tentar quebrar, seria o caso) um capitalismo industrial selvagem que destruíra valores, normas e meios de vida familiares às pessoas, até então. Por outro lado, como lembra Munhoz (1997:21), Thompson também rompe com a perspectiva da História Inglesa Oficialmente Correta que lia o período que se seguiu à revolução inglesa do século XVII e que precedeu a revolução industrial, como anos de “estabilidade” e de “ordem”. Ao contrário, seus trabalhos revelam uma incessante seqüência de revoltas, rebeliões e motins que marcaram tais anos.

### 3. Mercado *versus* costumes

Em vários aspectos era possível identificar conflitos representativos da oposição mercado capitalista *versus* costumes. Como, por exemplo, em relação às questões alimentares. Segundo Thompson (1987) a discussão sobre dieta popular durante a Revolução Industrial, concentra-se nos cereais, carne, batatas, cerveja, açúcar e chá. Uma luta importante foi a “batalha do pão”. Nessa “batalha” os fazendeiros, latifundiários, párocos, manufactureiros e o governo pressionavam ao extremo para que os trabalhadores desistissem do pão em favor da batata; o objetivo era reduzir o valor do salário de subsistência para melhorar a taxa de lucro. O trabalhador recusava-se a abandonar o pão branco, pois o mesmo era símbolo de seu *status*. Assim, Thompson argumenta que, durante aproximadamente cinquenta anos, houve uma autêntica luta de classe na questão da dieta habitual: as batatas suplantaram o pão, no sul, e se impuseram, juntamente com a farinha de aveia, no norte.

Segundo Salaman (1949) citado por Thompson (1987:80), a batata foi um autêntico estabilizador social:

*“... o uso da batata ... permitiu, de fato, a sobrevivência dos trabalhadores com os mais baixos salários. Dessa forma, pode-se supor que a batata serviu para prolongar e estimular por mais cem anos o empobrecimento e a degradação das massas inglesas. Naturalmente, não havia outra alternativa, a não ser uma revolução sangrenta. O fato da Inglaterra ter escapado a uma sublevação violenta, nas primeiras décadas do século 19 ... deve ser creditado, em boa parte, à batata”.*

De pouco adiantava as autoridades argumentarem pelas virtudes da batata, para convencerem os trabalhadores a desistirem do pão em favor dela, pois tal desistência representava, para eles, um indicador de decadência social. Batata era alimento adequado para irlandeses e não para ingleses.

De acordo com Thompson (1987) também no que se refere à carne havia um forte elemento de *status* que superava a simples questão alimentar. Assim, o *Roast Beef* era orgulho dos artesãos e aspiração dos trabalhadores comuns. A carne era um forte indicador dos padrões materiais, pois qualquer aumento de salário real ou renda real elevava o seu consumo.

Ainda segundo Thompson (1987) as decisões sobre o consumo de carne incorporavam valores que iam além da simples questão mercadológica:

*“Havia, evidentemente, uma variedade de ‘carnes’ inferiores à venda: arenque defumado e salgado, pés de carneiro e de vaca, orelhas de porco, miúdos, tripas e morcela. Os tecelões rurais de Lancashire desprezavam a comida da cidade e preferiam comer ‘o que matavam com a própria faca’ — uma frase que indica a sobrevivência de uma economia baseada na criação doméstica de porcos, além da suspeita de que a carne urbana estava contaminada. Quando obrigados a comerem na cidade, cada bocado era engolido entre penosas especulações sobre qual teria sido o quadrúpede, quando vivo, e qual a razão de seu sacrifício”.* (WAUGH Apud THOMPSON, 1987:182).

Na “Economia Moral da Multidão”,<sup>4</sup> Thompson (1998) explora, de forma magistral, as oposições entre mercado e costumes, e mostra mesmo a utilização do mercado em favor das multidões. Como afirma Munhoz (1997:19-20):

*“Thompson veria no século XVIII uma crescente confrontação entre uma economia de mercado inovadora e uma economia moral das plebes. Ele enxerga neste conflito o embrião da formação de classe e de consciência de classe. Neste processo dar-se-ia a resistência à imposição dos novos valores dominantes, através da consolidação de uma rede própria de valores, onde a lógica e o significado dos antigos costumes ganham uma nova dimensão e sentido social. (...) A permanente contestação seria, na realidade, um processo onde os pobres procuravam manter o pouco do controle que tinham sobre o mercado, baseando-se na Common Law. Onde Thompson vê rebeldia, protesto, contestação, muitos críticos vêem apenas crime. Resumindo, a linha geral do trabalho indicaria o desenvolvimento de estratégias díspares, descontínuas e desconexas, que possibilitavam a resistência à nova ordem em processo de consolidação (livre mercado), buscando resgatar, na Common Law, apoio e justificativas morais para suas práticas contestatórias”.*

No modelo paternalista, o mercado tinha que ter vínculo direto do agricultor com o consumidor, pois, entre outras regras, era proibido o agricultor vender seus produtos antes de chegarem à praça, ou seja, quando estivesse ainda no campo. Também não poderia reter mercadorias para futuras vendas.

O autor relata que havia uma disciplina de mercado: não se vendia meia hora antes da hora determinada. Havia um sino: ao seu primeiro toque, os pobres teriam a oportunidade de comprar os grãos; em seguida, ao segundo toque, os comerciantes poderiam fazer suas compras.



Thompson (1998) destaca também a desvantagem, para os pobres, das vendas por amostragem. Para evitar essas práticas, em 1756, ocorreu um reforço das antigas leis contra as compras antecipadas, ameaçando os fazendeiros com punições, caso continuassem vendendo os cereais em suas moradias. .

Na medida em que avançavam os procedimentos de mercado, menos transparentes ficavam as relações entre compradores e vendedores. Na medida em que os cereais passavam para as mãos dos intermediários, aumentava a especulação, ficando o mercado cada vez mais controlado pelo negociante-intermediário.

Acontecimentos como a retenção de mercadorias despertavam na população, aversão aos intermediários e negociantes, a ponto de os magistrados rurais se tornarem hostis àquelas pessoas. Os negociantes eram vistos com um grupo “vil e pernicioso”. Houve denúncia por parte dos negociantes de que os juizes de paz nada faziam quando a população os atacava. Em geral, o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era mal visto pelas autoridades. Argumentava-se que alguns juizes eram acusados de incitar a “turba” para execução da lei.

De acordo com Thompson (1998) outra questão importante em relação aos mercados era que a economia que os pobres propunham era local e regional, ou seja, os cereais deviam ser consumidos na região em que eram cultivados, principalmente em tempos de escassez. Para os populares: “ver seu pão arrancado de suas mãos e enviados a estranhos” despertou, muitas vezes, na multidão, um sentimento de fúria e desespero desregrado. O estrangeiro era mal visto, e muitas vezes se tornava “alvo dos motins”.

Thompson (1998) relata inúmeros exemplos de motins contra a exportação. A indignação aumentava contra os negociantes que, para atender mercados de fora, desbaratavam as mercadorias locais que eram consumidas na comunidade. Em 1795 a multidão destruiu as máquinas de um moleiro que cessara de distribuir farinha à comunidade local para atender outro mercado.

Os padeiros eram outra categoria muito fiscalizada pela multidão. O regulamento do pão limitava seus lucros e, para aumentá-los teriam que fazê-lo com menos peso. A adulteração era feita misturando farinha barata e estragada. Com esses procedimentos

ilegais, eles estavam sujeitos a duas ações: fiscalização e retaliação imediata da multidão. Quando a fiscalização detectava irregularidades mandava distribuir os pães aos pobres.

A leitura de Thompson (1998) destaca que as ações populares (“*rebeliões do povo*”) eram extremamente disciplinadas e tinham, como ação central, a fixação de preços. Os populares agiam com decência quando não havia resistência por parte dos fazendeiros. Era solicitada a diminuição do preço, e quando atendidos, os populares iam embora em perfeita paz. As multidões chegavam ao nível de organização de arregimentar magistrados para presidirem o cumprimento das leis. Elas não queriam roubar mercadorias, e quando as confiscavam, vendiam a preço “justo” e devolviam o dinheiro aos respectivos donos. Havia exceções: os que resistiam ou se recusavam a aceitar a economia moral tinham suas lojas ou moinhos saqueados.

Quando os trabalhadores lutavam contra as leis do mercado intuía que estavam perdendo terreno, principalmente no sentido econômico. Segundo Thompson (1987) nos cinquenta anos da Revolução Industrial, a participação relativa da classe operária no produto nacional decresceu muito em relação à participação das classes proprietárias e de outros profissionais.

*“O trabalhador ‘médio’ permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por via igualmente transparente, para as mãos de seus patrões. Em termos psicológicos, esta situação equivalia a um declínio no padrão de vida. Sua participação nos ‘benefícios do progresso econômico’ consistiu num maior número de batatas, em algumas roupas de algodão para sua família, sabão e velas, um pouco de chá e açúcar, e numa grande quantidade de artigos na *Economic History Review*”.* (THOMPSON, 1987: 184)

De todos os benefícios obtidos, aquele que melhor ajudou a classe trabalhadora a resistir à dureza da Revolução Industrial foi, sem dúvida, a batata, mesmo que isto tenha significado uma brutal queda no seu padrão de vida. Os mais supérfluos devem ter sido os artigos da *Economic History Review*. Em primeiro lugar, porque tais artigos trabalhavam num nível tão agregado que não dizia respeito a nenhuma situação real de nenhuma camada específica de trabalhadores. Em segundo lugar, porque o perfil ideológico da revista era tal que visava abertamente a justificação da situação reinante.

E. P. Thompson foi um autor que soube investigar as oposições entre mercados e costumes. Soube, também, mostrar que uma coisa é o mercado (comandado por outras variáveis sob domínio comunal) e outra bem diferente é o mercado capitalista. Outro esforço bem sucedido do autor foi de desnaturalizar alguns conceitos e relações tão caras à economia política clássica. Seu trabalho é um guia para refletirmos sobre o presente, pois como afirma Wood (2001), *“Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado”*. Essa é uma lição que os cientistas sociais, incluindo os economistas e não apenas os historiadores devem aprender com Thompson. Afinal, como diz Lígia Osório Silva, em passagem de sua resenha da obra de Wood em que resume os argumentos e a intenção da autora, é necessário,

*“(…) entender a especificidade do sistema capitalista com o objetivo de alertar os povos empenhados em melhorar suas condições materiais de existência para a impossibilidade de repetirem a experiência histórica dos países dominantes. Com efeito, a contribuição que a economia de mercado capitalista pode dar ao desenvolvimento das nações pobres da África, da Ásia e da América latina vem se mostrando menor a cada década, enquanto os malefícios que advêm da sua adoção (destruição dos recursos naturais, envenenamento da atmosfera, dos rios e dos mares, destruição da camada de ozônio, mudanças perniciosas nos hábitos alimentares) e as consequências que acarretam (disseminação da fome, das epidemias, das enchentes, etc) aumentam sem cessar. Sem mencionar a piora sistemática da distribuição da riqueza a nível planetário, pois está cada vez mais claro que o movimento atual do capitalismo é excludente”* (in: Crítica Marxista, 23).

Essa passagem de Josep Fontana, a partir da afirmação de Tom Paine de que *“está nas nossas mãos voltar a começar o mundo de novo”*, certamente obterá a concordância de Edward Palmer Thompson.

*“Na medida em que o historiador é quem melhor conhece o mapa da evolução das sociedades humanas, quem sabe a mentira dos signos indicadores que marcam uma direção única e quem recorda os outros caminhos que conduziam a outros destinos distintos e talvez melhores, é a ele a quem toca, mais que a ninguém, denunciar os enganos e reanimar as esperanças para ‘começar o mundo de novo’”*. (FONTANA, 1998:280).

O historiador sabe ou deveria saber que a história é feita por homens, não sob condições escolhidas, mas dadas. O historiador aprendeu com Bloch (2001) que a História, é a ciência dos homens, ou melhor, *“dos homens, no tempo”*. Portanto, o historiador é capaz

de entender plenamente os maravilhosos versos do poeta Fernando Pessoa: *“tudo vale a pena se a alma não é pequena”*.

#### **4. O Plano Cruzado: um exemplo de economia moral da multidão no século XX**

No Brasil, o ano de 1985 terminou – melancolicamente para o governo e para a maioria da população – com uma forte aceleração inflacionária. A medida para o mês de dezembro acusou 13,20%<sup>5</sup> e para o ano de 1985, 235,11%. O governo de Sarney precisava urgentemente estancar a elevação dos preços, para tanto foi instituído em 28 de fevereiro de 1986 um plano de estabilização não recessivo, denominado de Cruzado. A medida mais controversa do referido plano, por chocar frontalmente com a lógica dos mercados capitalistas, foi o congelamento de preços. Apesar de combatida, principalmente no campo dos princípios que regem o funcionamento do capitalismo, aquela foi a medida mais eficaz e efetiva de todas. A queda abrupta da inflação de 14,98% em fevereiro para 5,5% em março e – 0,58% em abril levou a um grande apoio popular ao plano e ao presidente.

Para entender o congelamento de preços e as reações populares em favor do mesmo, ou seja, para entender a economia moral do Cruzado, é preciso compreender que inflação foi, é, e será sempre um problema de conflito distributivo. Sabendo-se que a elevação dos preços é um fenômeno que resulta de um conflito entre as classes sociais e entre segmentos de uma mesma classe, é fácil deduzir que quanto maior for o nível de pressão dos agrupamentos sociais sobre a renda gerada, maior a expansão dos preços e maior a luta distributiva pela renda e pelo produto real criado. No Brasil das décadas de sessenta, setenta e parte dos oitenta do século passado, viveu-se em um regime autoritário que arbitrava o conflito distributivo pela força. Parece desnecessário lembrar que a ditadura militar se notabilizou pelo arrocho salarial, pela repressão aos movimentos populares e sindicais e pela prisão e assassinato dos opositores. Afirmar que durante os anos de chumbo, o conflito foi decidido em favor da burguesia e de segmentos privilegiados das classes médias não deve causar maiores polêmicas.

Assim se expressam Camargo e Ramos (1988), interligando instituições, poder político e economia:

*Este conjunto de instituições estava perfeitamente de acordo com a estrutura do poder político vigente no país a partir de 1964, resultando em quase total liberdade de atuação das empresas e um forte controle sobre os sindicatos. Resumindo, esta descrição sugere que devido ao poder político dos diferentes grupos sociais, à estrutura institucional e aos mecanismos de indexação daí decorrentes, uma grande parte dos custos dos ajustes aos choques exógenos até 1986 recaiu sobre os trabalhadores, sob forma de aumento da taxa de inflação e redução dos salários reais, e sobre os setores mais competitivos da economia. (CAMARGO & RAMOS, 1988: 15).*

A questão principal é que o Plano Cruzado significou uma inversão fortíssima nos mecanismos de mediação e controle do conflito que operava até fevereiro de 1986. A abertura política, o aumento da organização dos trabalhadores, principalmente dos metalúrgicos, petroleiros e bancários ao lado da redemocratização tornou obsoleto o arcabouço institucional que administrava a luta econômica das classes sociais. O Plano Cruzado, e em particular o congelamento de preços foram aceitos e defendidos pela população porque realizou uma nova configuração de rendas no país e que durou aproximadamente seis meses. Ou de acordo com os argumentos de Camargo e Ramos:

*Até fevereiro de 1986, os trabalhadores e setores mais competitivos da economia foram os que assimilaram a maior parte dos custos do ajuste externo, o que era obtido através de acelerações inflacionárias crescentes. Com adoção da escala móvel, os salários reais permaneciam constantes ou cresciam, exceto em conjunturas com taxas de inflação extremamente elevadas. Em outras palavras, o aumento de preços deixou de ser um mecanismo de redução dos salários reais. Por outro lado, o setor externo, os setores mais oligopolizados, e o setor financeiro, que, antes do Plano, eram os que se beneficiavam com as acelerações inflacionárias, após sua implementação passaram a ser os principais perdedores na luta distributiva, caso a inflação persistisse. (CAMARGO & RAMOS, 1988: 29).*

A citação acima apesar da hipótese duvidosa de que os aumentos de preços teriam deixado de ser um mecanismo redutor dos salários reais, pois é preciso lembrar que a escala móvel ou gatilho salarial só seria acionado quando o índice acumulado de preços atingisse 20%, mostra que setores poderosos da burguesia estavam perdendo com o plano. É exatamente aqueles setores que se voltam contra as medidas adotadas, principalmente o congelamento de preços. Por outro lado, a população defendeu o plano numa versão moderna de economia moral, porque sabia que o mesmo era benéfico aos seus interesses.

Acusar as multidões de ignorância, por desconhecer o que prescreve os manuais ortodoxos de economia, é, de um lado, arrogância, e de outro, estupidez.

Como é comum abaixo da linha do equador, além de não haver pecado, há uma curiosa crença das elites e de vários intelectuais de que o povo é tolo e ignorante (segundo Pelé, não sabe nem votar). A experiência de 1986 desmente esta crença e o veredicto do Rei do futebol. A população revelou uma profunda sabedoria em defender os novos ganhos, transformando-se em um exército civil de fiscais da nova política econômica, mesmo contra as opiniões da direita e da esquerda. Foi a pressão popular que garantiu o sucesso inicial do plano. Foi a economia moral da multidão, principalmente das mulheres que chegou a fechar vários estabelecimentos comerciais que desrespeitavam o congelamento de preços e/ou maquiava produtos. A multidão avocava para si a condição de autoridade (pois baseada na lei) e procedia ao fechamento dos estabelecimentos burladores ao som do hino nacional.

É evidente, na leitura thompsoniana que no século XVIII, a disputa em torno do mercado dizia respeito não apenas a uma forte polêmica sobre a noção de preço justo, mas, principalmente lutas contra práticas monopolistas e sonegadoras de mercadorias. A retenção de mercadorias despertava na população, aversão aos comerciantes. Ressalte-se, de acordo com nosso autor, que as ações populares eram muito organizadas e tinha como objetivo central, a fixação de preços. As multidões chegavam ao nível de organização de arregimentar magistrados para presidirem o cumprimento das leis.

Segundo o economista Francisco Lopes, em entrevista concedida a José Onofre da Folha de São Paulo<sup>6</sup> o governo já havia adquirido a força para garantir o sucesso do plano: a participação voluntária dos consumidores, nos pontos de venda, na vigilância do congelamento. Para Lopes “*os opositores são os que não entenderam e os que ganhavam com a inflação alta*”. Apesar do otimismo exagerado do economista e do menosprezo quanto a possíveis reações dos empresários capitalistas, havia muita verdade nas suas palavras, a saber, só estava contra a estabilização quem perdia com ela e quem não a entendia no sentido de não admitir interferências no mercado que não fossem em benefício próprio. Estava a favor aqueles que começavam a ganhar alguma renda e que sabia que a derrota do plano significava uma volta a situação anterior. Ou seja, o conflito distributivo adquiriu nova identidade, e se expressava pelo apoio ou o repúdio ao congelamento.

Outro fato historicamente marcante é que este depoimento de Lopes ocorre dois dias após o anúncio das medidas econômicas, o que indica a velocidade de compreensão, de apoio e de mobilização da população. As histórias das economias morais das multidões se dão exatamente com essa rapidez. A agregação das massas ocorre espontaneamente e se completa através de uma energia psíquica própria que permite identificar objetivos, táticas e estratégias. A maioria dos ditos bem-pensantes acredita que é sempre necessário ter um Lênin a frente do “populacho”. Para fazer uma Revolução, sim. Não para requisitar alimentos ou fechar supermercados.

Sob o título “Por uma estabilidade econômica sem recessão”, a Folha de São Paulo<sup>7</sup>, elogiava a coragem do presidente e sua intenção de não fazer recair sobre os trabalhadores os custos do necessário ajuste. Alertava que não deveria haver intransigência das classes sociais, de modo a não comprometer a estabilidade sem recessão. Contudo, fechava o editorial avisando:

*Tampouco é admissível a atitude dos que, diante da necessidade de uma fiscalização implacável, civil e coletiva em favor das novas determinações, querem confundir-la com o tumulto e a depredação. Com máxima confiança, empenho e firmeza, mas dentro da lei, o programa deve ser implementado.*  
(FSP, 01/03/1986, EDITORIAL)

O último trecho transcrito mostra claramente a preocupação central de um dos mais importantes meios de comunicação escrita da burguesia, ou seja, preocupava-se com as motivações das “classes perigosas”. Classes perigosas ou não. Classes médias urbanas, trabalhadores de macacão ou colarinho branco, donas de casa, enfim a multidão não se fez demorar. A própria Folha noticiava em abundância a ação rápida e eficaz da população quando percebia burla dos preços tabelados ou retenção planejada de mercadorias.

Henry Maksoud, destacado representante de um segmento da burguesia brasileira, num artigo intitulado “Por que discordo do pacote”<sup>8</sup>, depois de afirmar que sempre havia criticado os pacotes econômicos e atos de intervenção no mercado, assim se posiciona quanto ao plano Cruzado:

*Ao ser divulgado o “decreto-lei da inflação zero” (Nota: Nome propagandístico dado ao Plano Cruzado) logo notei que nada havia mudado no enfoque substantivo dado à inflação, mas percebi de imediato como seria muitíssimo mais iníqua e abrangente que antes a intrusão governamental na vida, na liberdade e na propriedade das pessoas. Por uma questão de coerência, de*

*princípios, não de dogmas, e para estar em paz com a consciência, tive que me postar outra vez na difícil posição de quem diverge da opinião geral. Apesar da extasiante aceitação popular, do patrulhamento ideológico que emergiu (que supostamente não existiria na “democracia” da Nova República) e da absurda violência, estimulada pela propaganda nos meios de comunicação, sou dissente em relação a este plano por muitas razões concretas. (FSP, 24/04/1986)*

Analisando o discurso do Senhor Maksoud, percebem-se claramente as seguintes questões: (a) o articulista é contrário a intervenção do Estado, mas na verdade ele é contra aquela que possa beneficiar os de baixo, pois no Brasil como em todos os países capitalistas, o Estado foi um parceiro constante e fiel da burguesia, seja realizando investimentos que o setor privado não podia ou não queria fazer, dado o longo prazo de maturação, seja construindo obras de infra-estrutura necessárias ao crescimento do capitalismo, seja fornecendo subsídios e outras vantagens ao empresariado. Aliás, razão tem Francisco de Oliveira quando diz que a estatização em si, não passa de um “socialismo” dos tolos; (b) apesar do verniz civilizado do Senhor Maksoud, na essência seu ódio de classe é o mesmo dos antigos Senhores (fazendeiros, comerciantes, etc) dos séculos XVIII e XIX, denunciados por Thompson; (c) por fim, acusar os defensores do plano de patrulhamento ideológico e as mobilizações populares mesmo desorganizadas, mas legítimas e necessárias, como atos de violência, é, no mínimo um disparate.

Paul Singer, renomado economista de esquerda e fundador do Partido dos Trabalhadores, também se colocou contra o plano. Claro que as razões de Singer diferem das apresentadas por Maksoud e outros representantes das elites nacionais. Singer argumenta que o plano consistiu em uma operação radical, onde o governo conseguiu de um só golpe desatar o nó inflacionário, quando deveria fazê-lo pacientemente, identificando e regulando os diversos conflitos distributivos. Assim, a imobilização dos preços permitiu uma trégua nos conflitos, de forma que com o aumento significativo do consumo, a renda aumentou de forma a permitir uma maior participação de vários segmentos sem que os outros sofressem perdas. Desse modo o aumento do consumo e da renda,

*... viabilizou a manutenção da trégua por cerca de um semestre, em meio ao entusiasmo do povo simples e o deslumbramento do governo e das forças políticas que o sustentam, incapazes de entender o processo social e econômico que o gesto de 28 de fevereiro desencadeou. Foi o período em que a operação assumiu a forma de cintilante borboleta, cujo encanto excitou o*



*ufanismo sempre latente em nosso país, tão grande em tamanho e ingenuidade.*  
(SINGER, 1987: 10).

Para Singer, havia fragilidade no congelamento e o entusiasmo dos fiscais de Sarney era fogo de rápida combustão, além do que os fiscais eram impotentes diante da força do capital. Pouco podia a população contra os açambarcadores de mercadorias, os remarcadores de preços e a venda com ágio. Assim, diz o autor, o governo deveria ter aproveitado a trégua para fazer uma autêntica e sistemática redistribuição efetiva de renda.

Começando pelo fim, a questão era de como um governo fraco e atacado por todos os lados pelas classes sociais em combate, poderia fazer uma redistribuição ordenada de renda? Na verdade isto só seria possível atacando os interesses do capital em suas diversas formas, porém tratava-se principalmente de enfrentar os interesses dos principais beneficiários de sempre: o setor externo, os setores oligopolizados, e o setor financeiro. Dito de outra forma era lutar contra o conjunto da burguesia que detém, no Brasil, a maior fatia de poder econômico e político. Infelizmente, Singer nunca ensinou a fórmula mágica. Só um governo de esquerda, programaticamente definido pelo socialismo ou por um Governo de transição dos trabalhadores da cidade e do campo, poderia fazê-lo. O governo Sarney não era nem nunca disse ser este governo. O partido que dizia ser e que Singer, juntamente com tantos intelectuais engajados fundou, ao chegar ao poder, não deu ouvidos ao que Singer propôs em 1987, se é que o mesmo continua com as idéias daqueles tempos.

Outra questão fundamental é que mesmo reconhecendo qualidades na avaliação global de Paul Singer, principalmente no argumento de que havia uma fragilidade de longo prazo no plano, cabe registrar seu desprezo pelo povo simples (e talvez, Singer não ousou dizê-lo, ignorante) e sua comiseração por este país, grande em território e (pasmem!) em ingenuidade. Nem um grande intelectual de esquerda parece escapar de seus próprios esquemas de pensamento. Enquanto Thompson tenta o resgate dos trabalhadores obsoletos e utópicos “*dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade*”, nossos intelectuais de esquerda consideram o povo como ingênuo por defender um conjunto de políticas econômicas que durante alguns meses melhorou sua vida.

É difícil para os economistas ortodoxos, é num certo sentido quase todos eles o são, na medida em que não só fazem profissão de fé nos seus modelos muitas vezes abstratos e

sem a mínima aderência com a realidade, na medida em que acreditam que as pessoas agem de acordo com determinadas leis econômicas determinísticas e afiançam que o ser humano é incapaz de agir de maneira diferenciada de acordo com as circunstâncias, admitir que as multidões possam praticar e praticam diariamente formas de economia moral thompsoniana.

Se em abril de 1986, a economia brasileira registrou taxa negativa de inflação, se de maio até julho, aquela taxa ficou abaixo de 1% e de agosto até outubro oscilou um pouco acima de 1%, por que o cidadão comum não iria se engajar na defesa do congelamento? Por outro lado, quando se considera uma série histórica das taxas inflacionárias e outra de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que inclua o último presidente militar, o governo de José Sarney e o período de Collor-Itamar, ou seja, um período de 16 anos, observa-se que o ano de 1986 apresentou a menor taxa de inflação da série (65,0%), e a terceira maior taxa de crescimento do PIB (7,5%)<sup>9</sup>.

Muitos se perguntam quem venceu a batalha do Cruzado. A burguesia venceu. Ela tem vencido quase todas as batalhas. Contudo, isto não invalida as lutas dos setores explorados e oprimidos, nem aquelas do século XVIII e XIX, nem as do século XX, nem as que estão ocorrendo e ocorrerão no presente século. E pouco importa a pergunta aparentemente objetiva, mas no fundo mesquinha e arrogante de muitos: as armas e os métodos eram adequados? Na verdade as massas lutam com as armas e a experiência que têm num determinado momento da história, o resto é elucubração vazia e estéril de alguns intelectuais de gabinete.

### **Referências bibliográficas**

CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto. **A Revolução Indesejada**: conflito distributivo e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vários números, março a setembro de 1986.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980..

SINGER, Paul. **O dia da lagarta**: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Trad. Denise Bottmann. 3v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaios.** Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, Ed.Unicamp, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas x Experiências: Novas Tendências na História do Movimento Operário e da Classe Trabalhadora na América Latina. O que se perde e o que se ganha. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.** n.29. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1990.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L. e FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P.Thompson. In: THOMPSON, E.P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaios.** Campinas, Ed.Unicamp, 2001. (p.21-57).

HOBBSBAWM, Eric. A Outra História - Algumas Reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A Outra História.** Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História.** Ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.  
MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SAYRE, Robert & LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. **Crítica Marxista,** 1995.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História.** São Paulo: Ed.UNESP, 1992.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros.** Uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. e outros. **Exterminismo e Guerra Fria.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Trad. Denise Bottmann. 3v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Senhores & Caçadores.** A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaios.** Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, Ed.Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Românticos.** Trad. Sérgio M. R. Reis. A Inglaterra na Era Revolucionária. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (org.). **Em Defesa da História:** marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

#### Notas:

---

<sup>1</sup> O trecho de onde extraímos essa citação é o seguinte: “*Para nós a essência da visão romântica é a rejeição e a crítica da modernidade capitalista/industrial em nome de valores tirados do passado pré-moderno, ela está longe de ser sempre ‘passadista’; existe toda uma gama de posições românticas de esquerda ou revolucionárias – inclusive um romantismo marxista – que procuram no passado uma inspiração para a invenção dum futuro utópico*”. (Sayre & Löwi, 1995: 44).

<sup>2</sup> A Grande Transformação: as origens de nossa época (1944). Existe uma edição brasileira pela Campus.

<sup>3</sup> A tradução do artigo em português está publicada em *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaios*, coletânea de artigos de Thompson organizada por Antonio Negro e Sérgio Silva (2001).

<sup>4</sup> Segundo Dorothy Thompson, no Prefácio de *Os Românticos* (2002:7), antes de sua morte Thompson pretendia escrever estudos sobre dois temas que julgava essenciais: o movimento romântico inglês da década de 1790, e a cultura popular consuetudinária na Inglaterra do século XVIII. O primeiro ele não teve tempo de realizar, o segundo resultou na coletânea *Costumes em Comum*, publicada em 1991, com oito artigos produzidos ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. A edição brasileira, pela Companhia das Letras, data de 1998, com revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes.

<sup>5</sup> Salvo dito em contrário, os dados são sempre do Banco Central do Brasil.

<sup>6</sup> FSP, 02/03/1986.

<sup>7</sup> FSP, 01/03/ 1986.

<sup>8</sup> FSP, 24/04/ 1986.

<sup>9</sup> Dados do Banco Central do Brasil, FIBGE e FGV (Conjuntura Econômica- IGP-DI).